



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005130-68.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 62/2013 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1850/2012 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Luiz Carlos Dias**

Aos 12 de agosto de 2014, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gilvan Machado, Promotor de Justiça, bem como do réu **LUIZ CARLOS DIAS**, acompanhado de seu defensor que constituiu e que se apresenta neste momento, Dr. Armando Bertini Júnior, OAB 87567. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação(comum) Osvaldo Basílio Moreira Faria, em termo apartado. Ausente a testemunha comum Cleberson de Oliveira, que não foi intimada. As partes desistiram da oitiva desta testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo laudo de dosagem alcoólica de fls. 7. A autoria também é certa. O acusado admite que ao ser abordado por policiais conduzia motocicleta em via pública. Foi apresentado à autoridade policial e aceitou realizar exame de sangue que comprovou a alta concentração de álcool por litro de sangue, caracterizando, assim, a violação do artigo 306 da Lei 9503/97. Com esses elementos a sua condenação nos termos da denúncia é de rigor e assim reitero o pedido formulado contra ele naquela acusação inicial. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Que a acusatória interposta pelo ilustre membro do Ministério Público contra o acusado não deve prosperar. Que embora fora constatado a dosagem alcoólica apresentada no referido laudo não demonstra a materialidade delitiva. Quanto às provas apresentadas aos autos são frágeis e inconsistentes, o que não induz uma condenação. Outrossim, ante às provas apresentadas e tendo em vista o réu ser tecnicamente primário, que seja aplicada uma pena branda. Assim sendo, aguarda e espera deferimento. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. LUIZ CARLOS DIAS**, RG 23.117.567/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306 da Lei 9.503/97 (CTB), porque no dia 17 de outubro de 2012, por volta das 5h50, na Rua Alberto Martins, Jardim Monte Carlo, nesta cidade, policiais militares contataram que o acusado conduzia uma motocicleta Honda CB 200, verde, placas CTN 1526, sob influência de álcool, apresentando-o à autoridade policial a qual determinou, com sua autorização, retirada de sangue para exame de dosagem alcoólica, cujo resultado apresentou uma concentração de 1,2 grama de álcool por litro de sangue. Recebida a denúncia (fls. 50), o réu foi citado (fls. 54). Oferecida a proposta de suspensão condicional do processo, a mesma foi aceita (fls. 55). Posteriormente o benefício foi revogado (fls. 74). O réu respondeu a acusação através do defensor Público (fls. 72/73). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. DECIDO.** Inicialmente observo que o fato imputado ao réu se enquadra na redação do artigo 306 da Lei 9503/97 determinada pela Lei 11705/2008, que trazia em seu conteúdo a exigência de concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas. No caso dos autos o réu foi surpreendido conduzindo uma motocicleta e demonstrava estado de embriaguez, segundo informou o policial ouvido. Submetido ao exame de dosagem alcoólica, apurou-se uma concentração em 1,2 gramas de álcool por litro de sangue. Verifica-se, portanto, que o delito a ele imputado está cabalmente demonstrado e caracterizado. A condenação é medida que se impõe. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, bem como que o réu é tecnicamente primário, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses. Presentes os requisitos legais, substituo a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social. **Condeno, pois, LUIZ CARLOS DIAS à pena de 6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente, por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses, por ter transgredido o artigo 306 da Lei 9503/97.** Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. NADA MAIS. Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEF.:

Réu: